

Ata da 127ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política
Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

Ao décimo quarto dia do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, realizou-se de forma online a centésima vigésima sétima reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim, com as presenças dos conselheiros, representantes da sociedade civil: **Lucas Guimarães Blunck Schuina – Cinema, vídeo e cultura digital, Emersom da Silva Costa – Cultura Popular, Jovânia Lima Valiati – Música, Luan Tófano – Teatro, Paula Teixeira Garruth Rodrigues – Literatura, Agatha Benks – Dança, Allan Santos Biazatt – Música, Karyna Bahiense Barros – Cinema, vídeo e cultura digital**, os representantes do Poder Público: **Wanderson Amorim Dona – SEMCULT, Fernanda da Silva Brito – SEMCULT e Sandra Novaes Coelho – SEMGOV** e os convidados João Marcos dos Santos – Agersa, Fabiana Pirovani – Agersa e Elivane – SEMCULT. Verificada a presença de quórum deliberativo, o presidente Lucas Schuina cumprimenta a todos, e apresenta as pautas do dia: **1) Iluminação Cênica da Ponte de Ferro; 2) Mobilização para a eleição do Conselho Municipal de Cultura; 3) Bienal Rubem Braga**. Dando início à primeira pauta: **1) Iluminação Cênica da Ponte de Ferro**, Lucas solicitou que a conselheira Fernanda conduzisse, Fernanda informou que havia recebido uma solicitação de João Marcos e Tatiana, representantes da empresa Agersa, para tratar de possíveis modificações no projeto de iluminação cênica da Ponte de Ferro. Em seguida, passou a palavra para Tatiana, que explicou que, desde a execução do projeto pela empresa Iluminatec, ocorreram diversos furtos dos equipamentos instalados, inclusive antes mesmo da conclusão do serviço. Em razão dos furtos, foi necessário instalar um gradeamento com o objetivo de proteger os equipamentos. Apesar da medida, aproximadamente noventa por cento dos componentes foram furtados. Tatiana também manifestou preocupação em relação ao tráfego de veículos na ponte. Diante desse cenário, a concessionária apresentou como proposta a fixação, como chumbar os projetores diretamente na estrutura da ponte, por meio de uma instalação permanente, com o objetivo de reduzir a possibilidade de novos furtos e garantir maior segurança aos equipamentos. Durante a exposição, Tatiana informou ainda que o objetivo inicial de proporcionar uma iluminação adequada para a Ponte de Ferro não foi plenamente alcançado. Foi apresentada a possibilidade de implantação de uma iluminação na parte externa da ponte, utilizando cores de acordo com as festividades e campanhas realizadas anualmente no município, como, por exemplo, o Outubro Rosa e a iluminação especial de Natal. Dando continuidade à discussão sobre a iluminação cênica da Ponte de Ferro, João Marcos complementou as informações apresentadas, esclarecendo que as pilastras de sustentação da ponte seriam iluminadas com tecnologia RGB, possibilitando a mudança de cores da iluminação de acordo com diferentes ocasiões e festividades. A conselheira Agatha, ressaltou sua preocupação com a iluminação do túnel e da escadaria de acesso à rua Samuel Levi, destacando a importância de uma iluminação adequada nesses locais como forma de contribuir para a segurança e também inibir furtos. Fernanda também sugeriu que outros espaços e equipamentos culturais do município, como o Palácio Bernardino Monteiro e demais centros culturais, fossem contemplados em um projeto de iluminação semelhante, com possibilidade de alteração das cores de acordo com as festividades e campanhas realizadas anualmente no município. Após as considerações dos participantes, o Presidente Lucas sugeriu que fosse realizada uma votação por Câmara de representação acerca dos projetos apresentados. Colocada a proposta em votação, os projetos foram aprovadas por unanimidade. Encerrada a primeira pauta, o Presidente Lucas deu início à segunda pauta: **2) Mobilização para a eleição do Conselho Municipal de Cultura**, solicitando a Fernanda que apresentasse um panorama sobre o processo de inscrições. Fernanda informou que, até aquele momento, havia três inscrições válidas, sendo uma da Câmara de Cultura Popular, uma da Câmara de Música e uma da Câmara de Literatura. Informou ainda que uma quarta inscrição havia sido

Ata da 127ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política
Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

indeferida. Na oportunidade, Fernandinha ressaltou a importância da participação e da representatividade das Câmaras no Conselho Municipal de Cultura, destacando seu papel na elaboração e no acompanhamento das políticas públicas culturais do município. Ressaltou também que, caso o Conselho permaneça inoperante ou inativo, poderão ocorrer dificuldades para a celebração de convênios, reforçando a necessidade de garantir a representatividade das diferentes áreas culturais e informou que, caso até o dia vinte e quatro de setembro não fosse alcançado o número de dez inscritos, seria necessária a prorrogação do prazo de inscrições para mais trinta dias. Superado o tema, o presidente Lucas deu início à terceira pauta: **3) Bienal Rubem Braga**, e passou a palavra para o secretário de Cultura e Turismo Wanderson Amorim que explicou que esta será a Décima Edição da Bienal Rubem Braga e informou que, após reuniões e tratativas com a gestão municipal, Prefeito e o Vice-Prefeito, foi definida a transferência do evento para o período de vinte e sete a trinta de maio de 2027. Segundo ele, a alteração levou em consideração o calendário eleitoral, as possibilidades de captação de recursos por meio do sistema da Secretaria de Estado da Cultura, bem como a busca por emendas parlamentares e outros recursos necessários à realização do evento. Informou ainda que a Bienal tem como expectativa de público aproximadamente oitenta mil pessoas e terá como tema “Cachoeiro, Letras que Moldam”, com a proposta de ampliar a oferta de serviços à população durante a realização do evento. Wanderson ressaltou que, na edição realizada em dois mil e vinte e quatro, no SESC, o evento foi denominado “Bienal SESC”, destacando, contudo, que a Bienal Rubem Braga é um evento próprio da cultura do município, independentemente dos parceiros envolvidos em sua realização. Entre os serviços que se pretende disponibilizar durante a próxima edição, foram mencionados: mutirão de negociação, emissão de carteira de identidade, cursos profissionalizantes, carretas do sistema AS, serviços de saúde, Van Maria da Penha, entre outros serviços que possam ser agregados ao evento. O Presidente Lucas questionou quais fatores motivaram a transferência da Bienal para o ano de dois mil e vinte e sete. Wanderson esclareceu que a decisão considerou o calendário eleitoral, as possibilidades de captação de recursos e também as obras de reforma do Parque de Exposições, local previsto para sediar a Bienal. Luan questionou sobre as fontes previstas para a captação dos recursos necessários à realização do evento. Wanderson esclareceu que parte dos recursos será proveniente do próprio município, havendo também sinalização de aporte por parte do SESC, além da possibilidade de captação junto ao Governo do Estado e da busca por emendas parlamentares, ressaltando a necessidade de viabilizar os recursos dentro dos prazos necessários para a realização do evento. A conselheira Jovânia questionou em que momento o Conselho Municipal de Cultura seria consultado sobre a transferência da Bienal para o ano de dois mil e vinte e sete. Wanderson explicou que ingressou na Secretaria de Cultura neste ano e que, considerando questões orçamentárias, o calendário eleitoral e o tempo necessário para a organização de um evento da dimensão da Décima Bienal, a decisão foi inicialmente discutida e acordada com a gestão municipal, sendo posteriormente apresentada a proposta ao Conselho. Jovânia afirmou já saber que não haveria orçamento para a realização do evento no período inicialmente previsto, mas questionou em que momento a sociedade civil terá conhecimento sobre os projetos planejados e executados pelo Poder Público. Ressaltou a importância de que a sociedade tenha acesso às informações referentes aos projetos e ações que serão desenvolvidos e executados pelo município. Fernanda manifestou discordância em relação a alguns pontos levantados por Jovânia e informou ao Conselho que determinadas decisões são tomadas pelo governo municipal, sendo que os conselheiros estão sendo comunicados em primeira mão sobre essa decisão. Ressaltou que, a partir do momento em que foram vislumbrados acordos com instituições que poderão oferecer suporte financeiro para a realização da Bienal, foi possível definir aspectos relacionados ao formato e ao local do

Ata da 127ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política
Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

evento. Informou ainda que existe, atualmente, uma sinalização positiva por parte do Governo do Estado quanto à possibilidade de captação de recursos após o período eleitoral, Fernanda destacou também a expectativa de que a próxima edição da Bienal seja realizada em formato semelhante ao de dois mil e dezoito, quando o evento ocorreu na Praça de Fátima, ressaltando que o mês de maio é tradicionalmente o período de realização da Bienal. Jovânia retomou o questionamento sobre o momento em que o Conselho Municipal de Cultura seria consultado, independentemente do semestre em que o evento viesse a ser realizado. Ressaltou que o Conselho representa uma instância de controle social e, em seu entendimento, os conselheiros deveriam ter maior participação e acompanhamento nas decisões consideradas importantes, registrando que essa era sua opinião sobre o assunto. Fernanda fez uma observação esclarecendo que o nome principal será "Décima Bienal Rubem Braga", enquanto os nomes dos patrocinadores e apoiadores serão apresentados em posição a baixo. Lucas acrescentou que, nos últimos anos, parte dos problemas relacionados à área cultural tem ocorrido no âmbito da própria Secretaria. Ressaltou que, em seu entendimento, a questão não está relacionada exclusivamente ao fato de o ano ser eleitoral, ano par ou ano ímpar, mas à necessidade de planejamento adequado, destacando que, sem planejamento, os problemas tendem a permanecer. A conselheira Karina fez uma observação a respeito da captação de recursos, destacando que o processo deveria ocorrer com antecedência, preferencialmente um ano antes da realização do evento. Segundo ela, a obtenção dos recursos no mesmo ano da execução do projeto pode dificultar sua realização, em razão da necessidade de efetuar diversos pagamentos e procedimentos de contratação. Fernanda esclareceu que, no planejamento orçamentário da área da Cultura, os recursos financeiros são vinculados ao respectivo exercício financeiro, não sendo possível a utilização de recursos de um ano para o ano de exercício seguinte, dessa forma, considera-se a aplicação dos recursos dentro do período correspondente ao ano corrente, ou seja, os recursos são vinculados ao ano corrente. Ao final, Lucas agradeceu ao Secretário Wanderson pelos esclarecimentos prestados. Finalizadas as pautas do dia o colegiado deliberou, por unanimidade, pela publicação da 5ª escuta pública como anexo desta ata. Nada mais havendo a tratar, o presidente Lucas encerra a presente reunião. Eu, Fernanda Brito, lavrei a presente ata. Cachoeiro de Itapemirim - ES, 14 de setembro de 2026.

Anexo 1: Ata da 5ª Escuta Pública - PNAB

No vigésimo segundo dia do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, realizou-se de forma online a 5ª Escuta Pública da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), com as presenças dos conselheiros, representantes da sociedade civil: **Lucas Guimarães Blunck Schuina – Cinema, vídeo e cultura digital, Karyna Bahiense Barros – Cinema, vídeo e cultura digital, Emerson da Silva Costa – Cultura Popular, Agatha Benks – Dança, Théa Baptista – Artesanato** os representantes do Poder Público: **Fernanda da Silva Brito – SEMCULT, Luciá Sampaio – SEMDES** e os agentes culturais **Geovane Roberto, Tatiane Cardoso, Fábio Coelho, Marcelo Júnior e Rose Ferreira**. O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim – CMPCCI, Lucas Schuina, cumprimentou os presentes e esclareceu que, inicialmente, a reunião havia sido convocada como reunião extraordinária do Conselho. Entretanto, diante da necessidade de discutir questões relacionadas aos editais da PNAB, optou-se pela realização de uma escuta pública. Informou, ainda, que já haviam sido realizadas quatro escutas públicas anteriores, nas quais foi construído, de forma participativa, o formato dos editais, especialmente no eixo de projetos culturais. Contudo, durante o processo de novo cadastro e lançamento dos editais junto ao Ministério da Cultura – MinC, surgiram questionamentos quanto à necessidade de adequação do formato anteriormente definido.

Na sequência, Fernanda, representante da SEMCULT, explicou que foram realizadas quatro escutas públicas para a elaboração do Plano Anual de Aplicação dos Recursos – PAAR. Informou que o Município encaminhou o PAAR referente ao ciclo anterior em outubro de 2025 e que, naquele momento, o MinC apresentou algumas considerações acerca de requisitos previstos na regulamentação. A Secretaria realizou os ajustes necessários, considerando a realidade do Município. Segundo Fernanda, no primeiro ciclo da PNAB o procedimento ocorreu de forma semelhante, tendo os editais sido elaborados conforme as deliberações construídas nas escutas públicas e, posteriormente, as adequações e justificativas necessárias foram apresentadas na prestação de contas ao MinC. Fernanda prosseguiu informando que, no ciclo atual, o procedimento foi inicialmente conduzido da mesma maneira. Entretanto, no momento do lançamento dos novos editais, além da publicação no Mapa Cultural e no Portal da Transparência da Prefeitura, verificou-se a necessidade de inserção das informações também na plataforma CultBR. Nessa plataforma, em vez do envio da minuta integral do edital, são inseridas informações relativas ao certame. Durante esse procedimento, a SEMCULT identificou que o formato anteriormente definido, com um edital específico para ampla concorrência e outro destinado exclusivamente às cotas e ações afirmativas, não era aceito pelo MinC. De acordo com a orientação recebida, cada edital deveria conter, em seu próprio conteúdo, as respectivas vagas destinadas às cotas e ações afirmativas.

Fernanda relatou, ainda, que, após o envio do PAAR, o documento permaneceu sem andamento no sistema do MinC. Lucas Schuina tomou a palavra e explicou aos participantes que não haviam participado das escutas anteriores que, durante a elaboração do PAAR, havia sido deliberado pela adoção de dois editais: um destinado à ampla concorrência e outro especificamente voltado às ações afirmativas. Destacou que a questão atualmente apresentada pelo MinC não seria a impossibilidade de realização das ações afirmativas, mas a impossibilidade de mantê-las em um edital separado, sem que os demais editais também apresentassem as respectivas cotas.

Fernanda informou que outros municípios começaram a receber os recursos, enquanto o recurso destinado a Cachoeiro de Itapemirim não havia sido disponibilizado. Diante disso, a SEMCULT encaminhou questionamentos ao MinC acerca da situação do Município e da permanência do PAAR em análise, sem retorno. Posteriormente, o Ministério informou que havia ocorrido um erro no sistema, fazendo com que o PAAR do Município não aparecesse

Anexo 1: Ata da 5ª Escuta Pública - PNAB

corretamente registrado. Após novo contato da SEMCULT, o MinC realizou a busca pelo CNPJ da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim e localizou o documento, quando já faltava apenas um dia para o encerramento do prazo de envio.

Na ocasião, o MinC esclareceu que o formato adotado no PAAR não poderia ser mantido. Fernanda explicou que os dois editais de projetos culturais, que totalizam R\$700.000,00 (setecentos mil reais), haviam sido inicialmente divididos em partes iguais, conforme preferência manifestada pelos agentes culturais nas escutas públicas anteriores. A proposta construída pelos participantes consistia em manter um edital específico para ações afirmativas e outro para ampla concorrência. Entretanto, conforme orientação recebida do MinC, cada edital deve contemplar as respectivas reservas de vagas previstas para cotas e ações afirmativas.

Diante dessa situação, a presente escuta pública foi convocada para discutir alternativas e construir uma solução que atendesse tanto às deliberações realizadas anteriormente quanto às exigências apresentadas pelo MinC.

Fernanda apresentou como primeira possibilidade a unificação dos dois editais em um único edital, estruturado em dois eixos: um de ampla concorrência e outro destinado às ações afirmativas. Dessa forma, não haveria alteração substancial nas categorias culturais anteriormente previstas, mas apenas a reorganização do edital em dois eixos.

Durante a revisão dos quantitativos, contudo, identificou-se também a necessidade de adequação das reservas destinadas às cotas. Considerando o total de 28 projetos, verificou-se que deveriam ser observadas as reservas correspondentes às cotas raciais, indígenas e para pessoas com deficiência – PCD. No formato anteriormente previsto, os quantitativos destinados a essas reservas eram inferiores aos percentuais exigidos.

Fernanda propôs, então, que o novo edital fosse organizado em dois eixos, sendo o primeiro destinado à ampla concorrência e o segundo às ações afirmativas, sem retirar as cotas da composição geral do edital. A proposta apresentada previa 20 vagas no primeiro eixo e 8 vagas no segundo, mantendo-se, no eixo de ações afirmativas, 3 vagas destinadas à população LGBTQIA+, 3 vagas destinadas aos povos e comunidades tradicionais e 2 vagas destinadas às mulheres. Paralelamente, às vagas destinadas às cotas raciais, indígenas e PCD seriam distribuídas dentro do conjunto dos 28 projetos, de modo que as reservas incidissem sobre o edital como um todo, abrangendo os dois eixos.

Após a exposição, Fernanda abriu espaço para manifestações, questionamentos e contribuições dos participantes, visando posterior deliberação.

Geovane Roberto solicitou a palavra e destacou que, nas escutas anteriores, havia sido discutida e defendida a divisão dos editais. Ressaltou, contudo, que considerava fundamental assegurar a manutenção das cotas. Apresentou questionamentos a Fernanda acerca dos quantitativos de vagas reservadas, tendo suas dúvidas esclarecidas. Ao final, afirmou não identificar impedimento no novo formato proposto e levantou a questão da heteroidentificação. Fernanda esclareceu que o Município ainda não possui uma banca étnico-racial formalmente constituída e que, no momento, a identificação ocorre mediante autodeclaração.

Na sequência, Tatiane Cardoso cumprimentou os presentes e questionou se seria possível que um mesmo proponente realizasse inscrição nos dois eixos. Fernanda esclareceu que o mesmo proponente poderá se inscrever nos dois eixos, desde que apresente projetos diferentes, não sendo permitida a contemplação do mesmo projeto em ambos. Informou, ainda, que, caso o proponente seja contemplado em um dos eixos, não poderá ser contemplado novamente no outro.

Tatiane também questionou os mecanismos de comprovação para as ações afirmativas, especialmente nos casos envolvendo pertencimento a povos e comunidades tradicionais.

Anexo 1: Ata da 5ª Escuta Pública - PNAB

Fernanda informou que o edital ainda se encontrava em fase de elaboração e que poderia ser prevista documentação específica ou declaração de pertencimento como forma de comprovação.

Théa Baptista complementou as manifestações de Geovane e Tatiane, destacando a importância da heteroidentificação e da certidão de pertencimento como instrumentos de comprovação. Fernanda ponderou que, caso a exigência de heteroidentificação fosse inserida imediatamente no edital, poderia haver risco de atraso no certame até que a respectiva banca fosse constituída. Ressaltou, entretanto, que, uma vez consolidada a banca, sua atuação poderia ser incorporada ao processo, inclusive por meio de anexo ou procedimento complementar ao edital.

Fernanda também chamou atenção para o prazo estabelecido pelo MinC para a aferição da execução dos recursos da PNAB pelos municípios, previsto para 14 de dezembro, quando o Município deverá ter realizado o desembolso mínimo de 60% dos recursos disponíveis. Destacou que o edital em discussão, no valor de R\$700.000,00, representa parcela significativa dos recursos disponíveis e que eventual atraso na publicação, execução ou pagamento poderia comprometer o cumprimento desse percentual. Alertou, ainda, que o não cumprimento dos requisitos poderia afetar o recebimento de recursos referentes ao terceiro ciclo da PNAB, razão pela qual existe necessidade de celeridade na publicação e execução do edital.

Fernanda informou que, assim que o edital retornasse da Procuradoria-Geral do Município – PGM, consultaria o setor competente acerca da existência ou não de uma banca de heteroidentificação. Caso ainda não estivesse constituída, seria avaliada a publicação do edital sem essa exigência imediata.

Geovane Roberto manifestou-se favoravelmente à continuidade do processo de publicação do edital no formato apresentado, ressaltando que compreendia a preocupação apresentada por Théa, mas que a questão poderia ser trabalhada posteriormente, inclusive para os próximos editais.

Em seguida, Fernanda submeteu aos presentes a proposta de unificação dos dois editais, com a manutenção das cotas de forma transversal aos dois eixos e a criação de um eixo específico de ações afirmativas, com oito vagas. Destacou que, nesse formato, os quantitativos destinados às cotas seriam ampliados e que o edital permaneceria aberto às diferentes áreas culturais apresentadas durante as escutas públicas.

Lucas Schuina perguntou se havia alguma manifestação contrária à proposta. Fernanda complementou questionando se o formato apresentado atenderia à realidade dos territórios tradicionais e das comunidades existentes no Município.

Geovane respondeu que, na condição de representante de movimentos de terreiro, entendia que a proposta contemplava a sociedade de forma ampla, incluindo as comunidades tradicionais existentes no Município.

Agatha Benks cumprimentou os presentes e declarou concordar com as manifestações de Geovane e com a proposta apresentada por Fernanda. Considerou possível a manutenção do edital sem a banca de heteroidentificação neste ciclo, mas ressaltou a necessidade de trabalhar para sua criação e implementação nos próximos editais. Também destacou a importância da certidão de pertencimento como mecanismo de comprovação da vinculação a povos e comunidades tradicionais e questionou a complexidade dos mecanismos de comprovação no caso das vagas destinadas à população LGBTQIA+.

Fernanda respondeu que, à medida que os recursos forem sendo executados e a Secretaria avance na implementação da PNAB, poderão ser promovidas melhorias nos procedimentos. Explicou que a SEMCULT optou por não elaborar um único PAAR para os cinco anos de

Anexo 1: Ata da 5ª Escuta Pública - PNAB

vigência da política, apesar da adesão à PNAB pelo período de cinco anos, justamente para permitir que cada ciclo fosse avaliado e aperfeiçoado. Ressaltou, ainda, a necessidade de estabelecer mecanismos que assegurem efetivamente que as vagas destinadas à população LGBTQIA+ sejam ocupadas pelo público a que se destinam, evitando apropriações indevidas das ações afirmativas.

Geovane questionou quantos pareceristas seriam contratados para atuar em cada eixo. Fernanda informou que estava sendo considerada a contratação de dois pareceristas por projeto, incluindo, nos eixos de ações afirmativas, profissionais responsáveis pela análise dos projetos destinados aos povos e comunidades tradicionais e à população LGBTQIA+. Geovane sugeriu, ainda, que os pareceristas contratados para essas áreas comprovassem sua atuação ou experiência junto às respectivas comunidades, de modo a contribuir para uma análise mais qualificada dos projetos.

Na sequência, Tatiane e Valquíria apresentaram considerações sobre possíveis alterações na nomenclatura das áreas culturais, especialmente na categoria relacionada à restauração e ao acervo de patrimônio cultural. Ressaltaram a necessidade de maior clareza na definição da categoria, para evitar interpretações restritivas semelhantes às ocorridas em edital anterior da Lei Rubem Braga, no qual, segundo relatado, os dois pareceristas responsáveis pela área interpretaram que os projetos deveriam se restringir exclusivamente à execução de obras de restauro.

Fernanda considerou pertinente que a questão fosse discutida e aprimorada no âmbito do Conselho. Explicou que aquela seria uma situação que deveria ser considerada na elaboração do edital, ressaltando que a Secretaria não pode interferir na decisão técnica dos pareceristas selecionados por meio de edital próprio.

Geovane sugeriu, ainda, a inclusão de um campo específico no sistema para o envio de vídeos de comprovação de pertencimento à comunidade, especialmente no eixo de ações afirmativas.

Fernanda informou que não haveria impedimento em replicar esse procedimento no certame atual, mencionando que mecanismo semelhante havia sido utilizado no ciclo anterior e que a aplicação junto ao Mapa Cultural já havia sido estudada. Contudo, naquele momento, não foram registrados envios de vídeos pelos proponentes.

Théa retomou a palavra e destacou que a possibilidade de apresentação de vídeo poderia ser especialmente relevante para a área do artesanato, considerando as dificuldades enfrentadas por parte dos artesãos, que nem sempre possuem familiaridade com a elaboração de portfólios escritos e com o processo de inscrição digital. Ressaltou que a possibilidade de apresentação de portfólio por meio audiovisual poderia facilitar a participação desses agentes culturais.

Fábio Coelho complementou a discussão, observando que, no caso da comprovação da condição de artesã ou artesão, poderia ser utilizada a Carteira do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, por se tratar de uma certificação de abrangência nacional.

Diante das contribuições apresentadas, Fernanda propôs a criação, no Mapa Cultural, de um formulário específico para inserção de links de áudio e vídeo, possibilitando a apresentação de portfólios de maneira oral e visual, ampliando as possibilidades de participação dos agentes culturais.

Ao final, Lucas Schuina perguntou se havia mais algum participante que desejasse fazer uso da palavra. Não havendo novas manifestações, declarou encerrada a 5ª Escuta Pública da PNAB e solicitou que as informações e deliberações discutidas fossem repassadas aos demais agentes culturais do Município. Eu, Tiago Lizardo Oliveira, lavrei a presente ata. Cachoeiro de Itapemirim — ES, 22 de julho de 2026.

Ata da 127ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

1. Lucas Guimarães Blunck Schuina - Cinema, vídeo e cultura digital
2. Emersom da Silva Costa – Cultura Popular
3. Jovânia Lima Valiati – Música
4. Luan Tófano – Teatro
5. Paula Teixeira Garruth Rodrigues – Literatura
6. Agatha Benks – Dança
7. Allan Santos Biazatt – Música
8. Karyna Bahiense Barros – Cinema, vídeo e cultura digital
9. Wanderson Amorim Dona – SEMCULT
10. Fernanda da Silva Brito – SEMCULT
11. Sandra Novaes Coelho – SEMGOV

Documento assinado digitalmente gov.br LUCAS GUIMARAES BLUNCK SCHUINA Data: 28/09/2026 17:46:25-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Lucas Guimarães B. Schuina - Cinema, Vídeo e Cultura Digital	Documento assinado digitalmente gov.br EMERSON DA SILVA COSTA Data: 01/10/2026 09:03:23-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Emersom da Silva Costa – Cultura Popular
Documento assinado digitalmente gov.br JOVANIA LIMA VALIATI Data: 30/09/2026 09:48:25-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Jovânia Lima Valiati – Música	Documento assinado digitalmente gov.br LUAN TOFANO ELIAS Data: 28/09/2026 19:10:43-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Luan Tófano – Teatro
Documento assinado digitalmente gov.br PAULA TEIXEIRA GARRUTH RODRIGUES Data: 02/10/2026 11:29:21-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Paula Teixeira Garruth Rodrigues – Literatura	Documento assinado digitalmente gov.br AGATHA BENKS Data: 02/10/2026 11:29:21-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Agatha Benks – Dança

Agatha Benks



Ata da 127ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política
Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

Documento assinado digitalmente gov.br ALAN SANTOS BIAZATTI Data: 01/10/2026 13:13:14-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Allan Santos Biazatt – Música	Documento assinado digitalmente gov.br KARYNA BAHIANSE BARROS Data: 01/10/2026 18:31:47-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Karyna Bahiense Barros – Cinema, vídeo e cultura digital
WANDERSON AMORIM DONA:10063503735 Assinado de forma digital por WANDERSON AMORIM DONA:10063503735 Dados: 2026.09.28 15:42:09 -03'00' Wanderson Amorim Dona – SEMCULT	Documento assinado digitalmente gov.br FERNANDA DA SILVA BRITO Data: 28/09/2026 11:06:01-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Fernanda da Silva Brito – SEMCULT
Documento assinado digitalmente gov.br SANDRA NOVAES COELHO Data: 08/10/2026 14:11:52-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Sandra Novaes Coelho – SEMGOV	

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo) Última
atualização em 09 Outubro 2026, 1 7:55:46

Status: Assinado

Documento:

ATA_DA_1_27_C2_AA_REUNIAO_ORDINARIA_DO_CMPCCI—282_29_assinado_assinado_assinado_%281 %29_assinado_assinado_assinado_assinado_.PDF

Número: 7a6de532-6e4f-4880-ae93-1 2cc84ba0af0 Data da

criação: 09 Outubro 2026, 1 7:49:1 0

Hash do documento original (SHA256): 7b26e870f44dc40572b336fa49806cc0dfdc70ba5ada061 8d0fcbbc2501 2d26



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora		Assinatura
AGATHA BENKS		 agatha benks
Data e hora da assinatura: 09/1 0/2026 1 4:55:46 Token: 7d34393f-c741 -450d-96cd-6aa3f94bde25		
Pontos de autenticação: Telefone: 5528992543980 E-mail: ninhoagatha@gmail.com Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail		
Localização aproximada: -20.830470, -41 .1 1 6787 IP: 1 86.227.95.1 25 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 1 0; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/1 54.0.0.0 Mobile Safari/537.36		

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 1 4.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 7a6de532-6e4f-4880-ae93-1 2cc84ba0af0, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br
ZapSign - 7a6de532-6e4f-4880-ae93-12cc84ba0af0 | Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.